TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Nº 41 de 05/10/2020

O PRESENTE PROJETO FOI APRESENTADO EM PLENÁRIO NO DIA: 13/10/2020

Em ___/___/___ encaminho o projeto às Comissões de:

- LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - LJRF
- FINANÇAS E ORÇAMENTO - FO
- OBRAS, SERV. PÚB. AGR. COM. TUR. e M. AMB. - OSPACTMA
- EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSIST. SOCIAL - ESAS

Edinaldo
Pres. da Câmara

PARECER DAS COMISSÕES:

Emendas incluídas:

COMISSÃO DE: LJRF

PARECER: _____

Em ___/___/___

Pres. _____
Maria Lúcia G. de Miranda

V.Pres. _____
Valdevino Vargas Ribeiro

Relat. _____
Edinaldo Gregório Dias

VOTAÇÃO ÚNICA: Em ___/___/___ Resultado: _____ Ata nº ___/___

1ª VOTAÇÃO: Em ___/___/___ Resultado: _____ Ata nº ___/___

VOTAÇÃO FINAL: Em ___/___/___ Resultado: _____ Ata nº ___/___

	Primeira Votação		Votação Final/Única			
	Favorável ou Contrário		Favorável ou Contrário			
() M. Simples						
☒ M. Absoluta						
() Dois Terços						
VEREADORES	F	C	F	C		
LUIZA					AMIR PERES TRINDADE	EDINALDO GREGÓRIO DIAS
AMIR						
EDINALDO						
LUIZ					LUÍS CESAR DO C. COELHO	GERALDO JACQUES MARQUES
GERALDO						
JORGE					JORGE LUÍS S. DE FIGUEIREDO	LUIZA A. CAVALHEIRO DE LIMA
LUCAS						
Mª. LÚCIA					LUCAS LEANDRO PAES	MARIA LÚCIA G. DE MIRANDA
NIXON						
PEDRO					NIXON VIEIRA SANTOS	PEDRO APARECIDO ROSÁRIO
VALDEVINO						
						VALDEVINO VARGAS RIBEIRO

Projeto Arquivado - Ofício 171/2020 - Ata 36/2020.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO
CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 41 DE 24 DE MARÇO DE 2020

“Dispõe sobre a extinção os cargos de Assessores Legislativos na Câmara Municipal de Bonito - MS”. (autor: Jorge Luiz Soares de Figueiredo)

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída na Câmara Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul, a extinção dos cargos de Assessores Legislativos (DAS-2) disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº 147 de 23 de outubro de 2019.

Art. 2º Os Vereadores terão o prazo de 60 (sessenta) dias para demitirem seus respectivos assessores.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

ODILSON ARRUDA SOARES
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO
CÂMARA MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA Nº 22 DE 15 DE ABRIL DE 2020

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Legislativo, com o fim específico de extinguir os cargos de Assessores Legislativos na Câmara Municipal de Bonito – MS:

A alteração se faz necessária, haja vista a grande crise pela qual nosso país vem passando, deixando reflexos também em nosso município. Portanto, é necessário que haja cortes de gastos e redução dos custos da máquina pública, visando o bem do contribuinte. Por fim, cabe citar a inexistência de acúmulo de trabalho que justifique a contratação de assessores para vereadores em uma cidade pequena e de poucos habitantes.

Diante do exposto, certo da importância do Projeto de Lei, solicito que seja apreciado por esta Casa Legislativa e posteriormente aprovado. Na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes desta Casa.

Jorge Luiz Soares de Figueiredo

Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO - M.
Rua Nelson Felício dos Santos, s/n
esq. c/ Pécio Schamann
Centro - CEP: 79290-000
Bonito - MS - Tel. (67)3255-2907

Recebemos em 05 / 10 / 20 20

Horário: 10 : 57

Luciano

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO
CÂMARA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI Nº 41, DE 24 DE MARÇO DE 2.020.

ASSUNTO: "Dispõe sobre a extinção os cargos de Assessores Legislativos na Câmara Municipal de Bonito - MS",

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

O vereador Jorge Luiz Soares Figueiredo encaminha para deliberação da Câmara Municipal, o Projeto de Lei Ordinária n. 41 em epígrafe que propõe a extinção dos cargos de Assessores Legislativos na Câmara Municipal de Bonito - MS,

Argumenta na mensagem ao projeto de lei que, a alteração se faz necessária, haja vista a grande crise pela qual nosso país vem passando, deixando reflexos também em nosso município. Portanto, é necessário que haja cortes de gastos e redução dos custos da máquina pública, visando o bem do contribuinte. Por fim, cabe citar a inexistência de acúmulo de trabalho que justifique a contratação de assessores para vereadores em uma cidade pequena e de poucos habitantes.

É o breve relato.

Por dever de ofício, cabe a Diretora Jurídica a emissão de parecer quanto à juridicidade e constitucionalidade do Projeto de Lei.

A matéria é de iniciativa do Legislativo Municipal, artigo 35, inciso III da Lei Orgânica que dispõe o seguinte:

"Art. 35. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

III - dispor sobre a sua organização, funcionamento, policia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação e alteração da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na lei de diretrizes orçamentárias"

Ocorre que o artigo 45, parágrafo único, VII, da Lei Orgânica determina que:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO
CÂMARA MUNICIPAL

“Parágrafo único: Serão Complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

VII- lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;”

Assim, a organização da Câmara Municipal é instituída por Lei Complementar, o que torna impossível sua modificação por Lei Ordinária. (Lei Complementar nº 147 de 23 de outubro de 2019).

Ante o exposto, venho por meio deste e pelos fundamentos já estampados neste Parecer Jurídico, OPINAR, pela **ILEGALIDADE formal** do projeto de lei.

Por fim, cabe ressaltar que a emissão do parecer por essa Diretoria Jurídica se trata de um parecer opinativo, ou seja, não vincula os vereadores à sua motivação ou conclusões.

Bonito, 15 de outubro de 2.020.

Letícia Maria Machado
Letícia Maria Machado
Diretora Jurídica
OAB/MS 9.823

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO
CÂMARA MUNICIPAL

OF. CMB nº 171/2020

BONITO-MS, 19 DE OUTUBRO DE 2020.

V. Ex.ª.

Jorge Luiz Soares de Figueiredo
Vereador
Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO - M
Rua Nelson Felício dos Santos, s/n
esq. c/ Pércio Schamann
Centro - CEP: 79290-000
Bonito - MS - Tel. (67)3255-2907

Recebemos em 19/10/2020

Horário: 10:25

Luciana 195.

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei.

Conforme determinado em Plenário, comunico a Vossa Excelência, que os Projetos de Lei Ordinária de vossa autoria, apresentados na sessão do dia 13 de outubro de 2020, serão arquivados por violarem a competência legislativa reservada à Mesa Diretora e por não atenderem aos requisitos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis.

Por oportuno anexamos os Pareceres Jurídicos acerca dos referidos Projetos.

Projetos arquivados:

- **PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01** – Altera o inciso I do parágrafo segundo do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal.
- **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 40** – Dispõe sobre a alteração da forma de pagamento da remuneração do vice-prefeito de Bonito-MS.
- **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 41** – Dispõe sobre a extinção os cargos de assessores legislativos na Câmara Municipal de Bonito-MS.
- **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 42** – Dispõe sobre a equiparação dos subsídios dos Vereadores de Bonito-MS, aos salários dos professores concursados do Estado de Mato Grosso do Sul.
- **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 43** – Dispõe sobre a alteração dos incisos I, II e parágrafo único do artigo segundo da Lei nº 1.311, de 10 de dezembro de 2013.
- **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 44** – Dispõe sobre a extinção do pagamento de diárias para vereadores participarem de seminários.

Sem mais, por ora, subscrevo-me.

Luisa Aparecida Cavalheiro de Lima
Presidente
Câmara Municipal
Bonito/MS

Recebido em 19/10/2020
Horário: 11:37